



Relatório Azul 1999 / 2000



"Só queria que todos
tivessem comida
tivessem oportunidade
tivessem guarida
não precisassem rezar
pedindo melhores dias
reclamando misérias
vivendo só de agonia."

Luiz Melodia / Ricardo Augusto



Relatório Azul 1999 / 2000



Assistência como um direito

O assistencialismo tem sido uma prática histórica no Brasil, mantida como benemerência, favores ou filantropia. Essa prática, no entanto, trouxe um prejuízo muito alto para o país, com a falta de investimento nas políticas sociais: a exclusão, a pobreza. O problema do Brasil, antes de qualquer coisa, é resultado do modelo econômico que, além de reforçar a exclusão, nunca se preocupou com a população excluída. Sem a garantia dos mínimos sociais, a situação da população brasileira, agravou-se ainda mais.

No Brasil, só a partir da Constituição Federal de 1988 é que a Assistência Social assumiu um caráter de política pública, buscando um rompimento definitivo com o assistencialismo. A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), a partir de 7 de dezembro de 1993, quando da sua promulgação, passou a reger as relações entre o Estado e a sociedade, consolidando o direito social a Assistência.

Neste capítulo apontamos, dentro das políticas em âmbito federal, a discussão sobre o Piso Básico da Assistência Social, com o objetivo de colocar um fim na histórica e injusta distribuição dos recursos financeiros. A implantação do Piso Básico, tem a finalidade de discutir, propor ações e estratégias que assegure o financiamento e co-financiamento da Assistência pelo poder público, em consonância com a Constituição e a Loas.

Este capítulo traz dados sobre o financiamento da Assistência Social nos âmbitos federal e estadual, demonstrando que os gastos públicos liquidados vem aumentando gradativamente. Outro aspecto destacado é a necessidade de uma política de atenção à família, que priorize os recursos materiais e humanos neste núcleo, a fim de consolidar o direito à convivência familiar e comunitária, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“Política da pobreza e pobreza da política

Carlos César Bento Filho¹

“Eliminar a pobreza tomou-se parte de um discurso que parece desconhecer fronteiras de classe e posição política. Segundo estudo da economista Sonia Rocha, do IPEA, citado em trabalho da procuradora do estado de São Paulo, Patrícia Arzabe, os 50% mais pobres detêm cerca de 13% da renda nacional, percentual idêntico à apropriação de renda do 1% mais rico’.

Antes de tudo, precisamos definir o que entendemos por pobreza e o modo mais eficaz de enfrentá-la. A Unesco, em 1988, levantou a dificuldade de medir a pobreza com indicadores. Há aspectos do ‘ser pobre’, que possuem dimensão cultural, como a perda da auto-estima, a insegurança, a ‘apartação’ da sociedade formal. Outro aspecto a ser avaliado é o acesso às condições básicas de vida, (saneamento, saúde, educação, segurança, alimentação, transporte e trabalho). Portanto, a pobreza vai além de verificar a remuneração dos indivíduos.

Os direitos sociais são parte inalienável dos Direitos Humanos, definindo condições sobre as quais podemos pautar um patamar de dignidade para os seres humanos e erradicarmos a pobreza e a exclusão. O sistema internacional de proteção aos Direitos

¹ Professor de história, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Humanos carrega em todos os seus documentos os princípios da igualdade e da não discriminação. A partir desses princípios os direitos sociais e econômicos tornam-se tão justiciáveis quanto os direitos civis e políticos. O direito à vida deve ser acompanhado da garantia do direito à vida digna, cuja violação é passível de acionamento do Estado para garantia do seu cumprimento. A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), trabalham com essa visão e o Ministério Público tem se notabilizado por ações de responsabilização do Estado, obrigando o atendimento às demandas sociais dos cidadãos. O combate à pobreza é um pressuposto elementar dos Direitos Humanos, entrelaçando proteção social aos mais vulneráveis com a inserção na esfera da vida cidadã.

No pensamento liberal, ou neoliberal, o foco é o indivíduo necessitado e não as necessidades sociais como um todo. Desse modo, em contraponto à visão de indivisibilidade dos Direitos Humanos e de integralidade da atenção às necessidades sociais, o discurso e a ação dos governos de inspiração liberal volta-se para ações focalizadas e fragmentadas. O atendimento às necessidades sociais não se afirmam como garantia de direitos, mas como bem-estar; o atendimento aos pobres torna-se um modo de reprodução e controle social da população empobrecida. Cria-se a figura do eterno assistido, dependente da ação filantrópica dos poderes públicos ou da filantropia privada. A infantilização do usuário reforça a exclusão, pois não enfrenta um de seus aspectos fundamentais: a alienação do indivíduo em relação às ações que o atingem.

A erradicação da pobreza relaciona-se com um conjunto de políticas econômicas e sociais; não é objeto exclusivo da assistência social ou de grandes campanhas que não resultam em políticas permanentes e eficazes. Nosso País tem instrumentos legais, inclusive um Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e recursos capazes de enfrentar a pobreza. Porém, isso só poderá ser feito a partir de uma lógica de inclusão e repartição do produto social. Mais que olhar os pobres é preciso olhar o País como um todo e as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, mais livre e mais igual."

Assistência em âmbito federal

Investimento social do governo federal

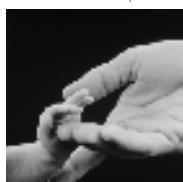
O número de pobres no país, público alvo da assistência social, é de 63,6 milhões de pessoas, divididos em "15 milhões de pobres, 24 milhões de despossuídos e 25 milhões de miseráveis". Com a recente aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos orçamentários ficaram subordinados aos acordos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o que condiciona a liberação dos recursos públicos para a área social, visto que os gestores municipais, estão atrelados ao cumprimento do ajuste fiscal, inclusive com sanções penais previstas na legislação.

Apresentamos, abaixo, dados relativos à evolução dos gastos sociais promovidos pela União, fornecidos pelo Sistema Integrado de Acompanhamento e Administração Financeira (Siafi) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com valores corrigidos até dezembro de 1999.

Metas e recursos do primeiro semestre de 2000

Metas e recursos	Número de pessoas	Recursos
Apóio à pessoa idosa	70.916	R\$ 8.093.75,87
Pessoa portadora de deficiência	14.901	R\$ 3.232.604,26
Programa de apoio à criança	67.188	R\$ 5.817.777,92
Alcega	1.984	R\$ 267.855,06
Programas de convivência de trabalho infantil	254	R\$ 11.950,00

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento e Administração Financeira (Siafi).





Benefício de Prestação Continuada			Centros da juventude	Agentes jovens
PFU	Mês	Total		
2.165	2.212	1.785	2	800
354.911,70	17.1377,00	62.5631,20	10.000,00	90.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento e Administração Financeira (Siafi).

Projetos Emergenciais			Núcleo de Apoio à Família – NAF		
UF	Famílias atendidas	Recursos	UF	Mais Atendidas	Recursos
RS	9.508	R\$ 3.876.000,00	RS	8	R\$ 24.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento e Administração Financeira (Siafi).

Fundo Nacional de Assistência Social

Programa	Liquidado/95	Liquidado/96	Liquidado/97	Liquidado/98	Liquidado/99
Atendimento à criança carente em creche	R\$ 259.852.565	R\$ 258.600.670	R\$ 38.034.088	R\$ 2.375.007	R\$ 28.651.564
Apoio ao combate do trabalho infantil-jornal	-	-	R\$ 19.176.168	R\$ 47.860.478	R\$ 88.724.788
Assistência integral à criança e ao adolescente	-	R\$ 30.876.951	R\$ 16.026.078	R\$ 13.292.979	R\$ 24.851.140
Apoio à pessoa idosa	-	-	R\$ 5.025.878	R\$ 1.660.013	R\$ 2.950.187
Apoio à pessoa portadora de deficiência de renda mínima	R\$ 81.477.160	R\$ 74.732.971	R\$ 6.847.449	R\$ 1.176.775	R\$ 6.998.560
Apoio às ações sociais e comunitárias no enfrentamento da pobreza	-	-	-	R\$ 38.965.914	R\$ 16.761.515

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento e Administração Financeira (Siafi). *Considera-se "liquidado" quando o valor já foi repassado aos fundos estaduais e municipais de assistência social.

Projetos especiais da União

A CCDH recebeu, em resposta ao ofício nº 097/RA/2000, da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), do Ministério da Previdência e Assistência Social, o relatório dos projetos desenvolvidos pelo governo federal para a área. Transcrevemos a seguir, parte do relatório recebido:

"A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) define como destinatários da assistência social crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas portadoras de deficiência e famílias em condições de vulnerabilidade social e pobreza. Em consequência, a Política Nacional de Assistência Social prevê a estruturação de programas, projetos, serviços e benefícios que visam a garantir, por meio da rede de promoção e proteção social, os mínimos sociais necessários a esses segmentos.

Nesse contexto, a Gerência de Projetos Especiais e Emergenciais tem como objetivo identificar famílias que, por algum motivo, encontram-se em situação de risco pessoal ou social e promover sua inserção ou reinserção em programas sociais que contribuam para melhorar a qualidade de vida de seus membros. Também tem como objetivo apoiar iniciativas para revitalizar, ampliar, implantar e reaparelhar equipamentos sociais, bem como aquelas que visem promover a inserção das pessoas no mercado de trabalho, o aumento da produção e da produtividade.

São alvo dessas ações:

- famílias com pessoas contaminadas pelo HIV/Aids;
- famílias cujos membros são vítimas do abandono e da desagregação familiar;
- famílias que vivem em situação de rua: moradores, mendigos, crianças, jovens, profissionais do sexo etc;
- famílias com membros dependentes de uso e vítimas de exploração comercial de drogas;
- famílias que sobrevivem dos lixões;
- famílias de migrantes, nômades ou indivíduos em trânsito;
- famílias que vivem em assentamentos ou reassentados;
- famílias com egressos do sistema penitenciário;
- famílias vítimas de calamidades tais como enchentes, secas, epidemias, desabamentos, etc.

Para cumprir sua missão, a Gerência conta com algumas modalidades de ação, a saber:

Núcleos de Apoio à Família (NAF) - pontos de atendimento às famílias vulnerabilizadas pela pobreza. Neles há uma espécie de 'cardápio' contendo todos os serviços sociais existentes na comunidade, oferecidos pelas diversas esferas governamentais ou por entidades não-governamentais e empresas. A idéia é fazer a ponte entre a demanda das famílias e a oferta desses serviços. Para isso, haverá uma equipe de profissionais que vai identificar e cadastrar as famílias em situação de indigência e encaminhá-las aos serviços cadastrados. Oferece, também, ações sócio-educativas às famílias, serviço de brinquedoteca às crianças, entre outras modalidades;

Centros de Múltiplo-Uso - estruturas de apoio às atividades de âmbito comunitário, que possibilitam à população uma maior convivência, organização e participação, integração, capacitação profissional, recreação, cultura e outros projetos, de acordo com as necessidades da comunidade;

Albergue - instalações com recursos humanos e materiais necessários ao acolhimento e alojamento de pessoas em situação de rua, trânsito, migrante, em tratamento de saúde, desabrigo emergencial, situação de despejo. Têm funcionamento e atendimento permanentes, garantindo condições adequadas de higiene pessoal, alimentação, guarda volume e da rede de serviços de referência da cidade;

Centros de Geração de Renda - estruturas que focalizam o estímulo às ações de investimento econômico e social, voltados para a ocupação produtiva, contribuindo para o fortalecimento das organizações comunitárias, o crescimento da economia local e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população envolvida;

Abrigos para a População em Situação de Rua - instalações com recursos humanos e materiais adequados à acolhida e pernoite dessa população. Garante condições adequadas de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda volume e da rede de serviços de referência da cidade. Têm funcionamento e atendimento permanentes.

A Seas apoia, também, ações que visem:

- à capacitação de agentes comunitários, prestadores de serviços, lideranças etc. ;
- à organização e participação comunitárias;
- ao auxílio eventual às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- à implementação de oficinas de trabalho, dotando-as de equipamentos, material e outros instrumentos necessários a melhoria da produção;
- a atender, na zona rural, a produção, a transformação e o beneficiamento de alimentos, capacitando e incentivando os pequenos produtores, principalmente em áreas que expulsam mão-de-obra;
- utilização de matéria-prima da região e absorção de recursos humanos da própria comunidade;
- à absorção de mão-de-obra capacitada e da produção geradas pelas famílias em situação de risco social e pessoal;





- à qualificação, atualização, requalificação e reciclagem profissionais, quando consideradas como etapa do processo de geração de renda e previstas no processo de implantação de unidades produtivas ou quando a mão-de-obra capacitada seja absorvida pelo mercado local;

- à formação de microunidades produtivas, com o objetivo de dar oportunidade a usuários que dominem o 'saber e fazer', inclusive os étnicos e culturais, de atividades lucrativas;

- à implantação e implementação de centros de comercialização e de produção."

Piso Básico de Assistência Social

A Comissão de Financiamento do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas), instituída em 1999, com a finalidade de acompanhar, discutir e propor ações e estratégias que assegurem o financiamento e o co-financiamento da assistência, de acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) está propondo a criação do Piso Básico de Assistência Social (PBAS). Transcrevemos a seguir, parte do documento elaborado pelo Congemas, onde consta o PBAS.

"IV – Proposta para o financiamento da política de assistência social – Piso Básico da Assistência Social (PBAS):

- É a quantia de recursos transferidos pelo governo federal para os municípios do país, fortalecendo a inclusão e a universalização dos direitos sociais em conformidade ao artigo 4º, da Loas;

- é o mínimo de recursos que um município pode passar a receber do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) – Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), para aplicar na Política de Assistência Social;

- é a oportunidade de se corrigir a injusta distribuição dos recursos financeiros destinados pela União aos municípios brasileiros;

- é a efetivação da co-responsabilidade dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), explicitada através do co-financiamento da assistência social;

- é a valorização da assistência social com autonomia político-administrativa dos Estados, Distrito Federal e municípios na gestão dos recursos transferidos.

O financiamento da Política de Assistência Social passará a ser mantido por um Piso Básico, composto por Parte Fixa e Parte Variável.

Parte Fixa – quantia estimada como necessária para a execução das ações básicas e de serviços da assistência social, destinada a cada município, com critério claro e justo, tratando com igualdade todos os municípios e cidadãos brasileiros, combatendo os desafios da exclusão, vulnerabilidade e desvantagens da população no acesso a bens e serviços.

Será estabelecido pelo número de habitantes do município, com peso de 50% do total do financiamento.

Parte Variável – quantia destinada a compor o Piso Básico, levando em conta o aprofundamento da pobreza e miserabilidades regionais e a necessidade de investimentos maiores para incluir estas populações, subsidiando iniciativas para qualificar, incentivar e melhorar a qualidade de vida.

Composta pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mais investimentos orçados e executados no ano anterior, das receitas líquidas municipais e estaduais:

1ª Parte Variável IDH

$0,001 - 0,250 = 100\%$ do valor da Parte Fixa

0,251 - 0,500 = 75% do valor da Parte Fixa
 0,501 - 0,750 = 50% do valor da Parte Fixa
 0,701 - 1,000 = 25% do valor da Parte Fixa
 O peso na composição deste índice variável seria de 25% do total do financiamento

2ª Parte Variável
 Investimento orçado e executado no ano anterior das receitas líquidas dos municípios e dos estados:
 10,00% - 7,5% = 100% do valor da Parte Fixa
 7,49% - 5,0% = 75% do valor da Parte Fixa
 4,99% - 2,5% = 50% do valor da Parte Fixa
 2,49% - 0,1% = 25% do valor da Parte Fixa
 O peso na composição deste índice variável seria de 25% do total do financiamento.

V – Transição

Em 2001, numa etapa transitória, aplicar-se-á a lógica da parte fixa do PBAS utilizando-se apenas os recursos destinados à série histórica – SAC e Abrigo que, em 2000, foram orçados em 398 milhões, 415 mil e 600 reais, obtendo-se um piso de 2 reais e 54 centavos.

A nova sistemática poderá representar, num primeiro momento, perda para alguns estados e municípios, entretanto há que se notar que o piso de 2 reais e 54 centavos é também valor médio de recursos recebidos pelos municípios já contemplados com a série histórica e a introdução do piso, garantirá o co-financiamento a todos os municípios brasileiros, além da autonomia dos mesmos.

Em 2002, a partir do novo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciar-se-á a aplicação da parte variável utilizando-se todos os demais recursos, exceto os destinados ao financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)."

A proposta continua em discussão entre os gestores municipais e a sociedade, não havendo perspectiva, ainda, de adoção pelo governo federal.

Assistência em âmbito estadual

Política estadual de assistência social

A CCDH recebeu, em resposta ao ofício nº 098/RA/2000, relatório das atividades e projetos desenvolvidos pelo Departamento de Assistência Social (DAS), da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), do governo do Estado. Transcrevemos a seguir o relatório recebido:

"A partir de 1999, o Departamento de Assistência Social (DAS), da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) vem desenvolvendo ações estratégicas que tem como referência quatro eixos: concepção, gestão, apoio técnico e financeiro, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social.

Concepção

Os novos paradigmas da Política de Assistência Social foram definidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas): política pública integrante da Seguridade Social, direito do cidadão, dever do Estado, comando único em cada





esfera de governo, participação e controle social da população e organização através de um sistema descentralizado com programas, serviços e benefícios destinados a atender aos que dela necessitam.

Trabalhar o significado dos novos paradigmas tem sido uma tarefa cotidiana para implantação e implementação da Política Pública de Assistência Social, contrapondo-se a cultura, ainda existente, no Rio Grande do Sul, do assistencialismo, da falta de continuidade dos programas e serviços, da precariedade de recursos financeiros, de ausência de transparência e de controle social das ações de assistência social.

Gestão da Assistência Social

Assumir a responsabilidade estatal da assistência social como uma das políticas sociais efetivadas pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social foi o primeiro passo dado pelo DAS, tornando explícito que todas as questões relativas a ela devem envolver, necessariamente, esse órgão institucional do Estado. Desde então, o DAS/STCAS tem coordenado e participado de comissões, fóruns e grupos de trabalho em articulação com as demais secretarias e instituições, visando ações afirmativas de direito.

A presença de representantes da STCAS e do DAS, em encontros e seminários municipais, regionais e estaduais de assistência social, explicitando as suas atribuições e diretrizes, as questões orçamentárias e financeiras, o papel dos Conselhos de Assistência Social, o respeito e a efetivação das decisões colegiadas, contribuem para a primazia do Estado na condução da Política de Assistência Social.

Através da publicação da Loas, do Plano Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul- gestão 2000-2003, do Caderno de Orientação para elaboração dos Planos Municipal, de folders e dos meios de comunicação do Estado, a Secretaria vem publicando as ações de assistência social desenvolvidas visando o conhecimento, a apropriação e controle social por parte da sociedade civil.

Fortalecimento dos Conselhos Estadual e Municipais de Assistência Social

A constituição da esfera pública passa pela ampliação do Estado, através da participação popular, garantindo o poder deliberativo e a avaliação das ações. Através de Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo estadual, foi assegurado o caráter deliberativo do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (Ceas/RS) e garantido, também, ao conselheiro, o ressarcimento dos gastos com transporte e despesas, quando em representação do Ceas/RS, no âmbito municipal, estadual e federal.

Além de serem encaminhados para avaliação e deliberação dos conselheiros estaduais o Plano Estadual de Assistência Social, o Orçamento da Assistência Social (o Ceas/RS possui rubrica própria para suas atividades), os Critérios de Partilha dos Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), as negociações efetivadas pela Comissão Intergestora Bipartite de Assistência Social (CIB/RS), os Programas e Serviços de Assistência Social implantados no Estado, o Ceas/RS é participante dos Encontros de Capacitação realizados pelo DAS, das Comissões e dos Grupos de Trabalho instituídos pela STCAS.

Visando fortalecer os conselhos municipais, o DAS estabeleceu as seguintes diretrizes de ação: todos os projetos financiados com recursos do Feas devem ser aprovados pelos Conselhos Municipais e os processos de assessoria, de capacitação, de monitoramento e avaliação devem contar com a participação de representantes dos Conselhos Municipais.

Comissão Intergestora Bipartite de Assistência Social (CIB/RS)

A CIB/RS, instância de pactuação e negociação entre governos municipais e governo do Estado na Política de Assistência Social, foi instituída em 10 de maio de 1999, através da Portaria nº 16/99, da STCAS. É composta por seis representantes municipais, sendo que o Secretário Municipal de Assistência Social da capital é membro nato e os outros cinco deverão contemplar a representação das regiões do Estado, de forma a garantir a participação de municípios de pequeno, médio e grande porte. Com exceção do representante da capital, os demais foram escolhidos através do Conselho de Dirigentes Municipais de Assistência Social (Codimas/Famurgs). A representação da STCAS é feita através do DAS e do Departamento Administrativo.

As reuniões são mensais e foi implantada, em 2000, a CIB/RS Itinerante, cujas reuniões são realizadas no interior do Estado, com a presença de duas a três regiões do Codimas. Cabe a CIB/RS a habilitação dos municípios à Gestão Municipal bem como a pactuação com relação a operacionalização da Política de Assistência Social.

Apoio técnico e financeiro à implantação e implementação de Redes Municipais de Assistência Social

- Apoio técnico aos municípios:

Através da assessoria, da capacitação dos gestores e conselheiros municipais de assistência social e do monitoramento e avaliação, o DAS/STCAS presta apoio técnico aos municípios, visando qualificar e avaliar as ações de assistência social por eles desenvolvidas. De forma sistemática, a equipe técnica do DAS desloca-se aos municípios, reunindo-se com o gestor e conselheiros municipais de assistência social para discutir questões relativas à gestão, ao financiamento e às modalidades de atendimento dos programas e serviços de assistência social executados para crianças e adolescente, idosos, população de rua, famílias e pessoas portadoras de deficiência.

O início do trabalho em rede, a continuidade das ações de assistência social, a compreensão das modalidades de atendimento em meio aberto e fechado, a constituição de equipe técnica no órgão gestor municipal e a implantação de novas ações são alguns dos avanços já alcançados.

Em 1999, os Encontros de Capacitação foram centralizados em Porto Alegre, com a participação de 51% dos municípios. A participação da representação dos segmentos da sociedade civil nos conselhos municipais de assistência social ainda é limitada, predominando a participação do gestor municipal.

Em 2000, os Encontros de Capacitação foram realizados no interior, através de 12 Encontros Regionais, visando atingir os 467 municípios do Estado, no período de abril a setembro, sendo dois encontros a cada mês. Cada encontro tem a duração de dois dias, desenvolvendo os seguintes temas: Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social (Sidepas), Rede de Atendimento, Planejamento e Orçamento, através da realização de oficinas.

Está previsto para o segundo semestre de 2000, o início do Programa Estadual de Monitoramento e Avaliação da Política Estadual de Assistência Social, o qual tem como objetivo acompanhar e avaliar os resultados alcançados pelos municípios com a execução dos programas e serviços de assistência social financiados pela União e pelo governo do Estado.

- Apoio financeiro aos municípios:

A co-responsabilidade financeira, prevista na Loas, como atribuição das três esferas de governo, é prestada com recursos próprios do Tesouro do Estado, através do Fundo Estadual de Assistência Social em consonância com as deliberações do Ceas/RS.

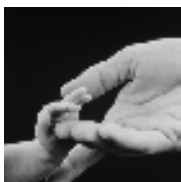
O apoio financeiro do governo do Estado nas gestões anteriores, através do Fundo Estadual de Assistência Social, foi pontual e restrito para alguns municípios, não respondendo às necessidades apresentadas pelos gestores municipais de assistência social do Rio Grande do Sul, nos respectivos Planos Municipais de Assistência Social.

Visando operacionalizar o Plano Estadual de Assistência Social de 1999 e 2000, o DAS/STCAS elaborou, tendo como referência a Loas, a Norma Operacional Básica da Assistência Social e as deliberações do Ceas/RS, proposta de execução orçamentária para a transferência de recursos do Feas/RS para os fundos municipais.

Com a criação da CIB/RS, o Plano Estadual de Assistência Social 2000 foi elaborado tendo como referência, também, as negociações e pactuações consubstanciadas nas Resoluções da CIB/RS e aprovadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social/RS.

Assim, as Resoluções nº 05/98 e a nº 08/99 do Ceas/RS aprovaram, respectivamente, os Planos Estaduais de Assistência Social de 1999 e 2000, os quais definem diretrizes de ação, serviços, programas e critérios de distribuição dos recursos aos municípios. Em síntese, previa a transferência de recursos financeiros aos municípios do Estado que se encontravam em gestão municipal, para o atendimento da população infanto-juvenil e adulta em situação de risco pessoal e social e que haviam enviado o Plano Municipal de Assistência Social no prazo definido em 1998 e 1999, priorizando as ações em meio aberto e o atendimento à criança e ao adolescente.

Em 1999, dos 467 municípios do Rio Grande do Sul, 255 (54,6%) encontravam-se em gestão municipal; os demais municípios, que pertenciam à Gestão Estadual, não foram contemplados com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social, pois não cumpriram o art. 30 da Loas. Dos 255 municípios em gestão municipal, apenas 249 estavam aptos a habilitarem-se aos recursos do Feas/RS, no ano de 1999, porque seis municípios não enviaram o Plano Municipal de Assistência Social.





Em 2000, estão sendo transferidos recursos aos municípios que se habilitaram à gestão municipal até 30 de março de 2000 e que enviaram o Plano Municipal de Assistência Social 2000 dentro do prazo estipulado pelo DAS. Dos 283 (60,59%) municípios em gestão municipal, 279 habilitaram-se aos recursos do Feas/RS.

Para a partilha dos recursos financeiros orçados para o Feas/RS foram utilizados os seguintes critérios:

Adoção conjunta de :

a) Indicadores Sintéticos das Condições Sociais e Gastos em Assistência Social elaborado pela FEE/1997;

b) Índice Populacional de acordo com a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, conforme público alvo e tipo de atendimento da seguinte forma:

- Ações com idoso: população de 60 anos e mais residente no município;
- ações com PPD: população total residente no município
- ações com crianças: população de zero a seis anos¹ residente no município;
- ações de Asema: população de sete a 19 anos residente no município;
- ações de abrigo: zero a 19 anos residente no município;
- ações com população adulta: população residente total do município.

Os recursos foram repartidos na seguinte proporção: 50% de acordo com os Indicadores das Condições Sociais e Gastos em Assistência Social e 50% de acordo com o Índice Populacional, conforme público-alvo e tipo de atendimento.

Os recursos foram destinados conforme demanda expressa por programa, serviço ou benefício no respectivo Plano Municipal de Assistência Social 2000 e compatibilizada no Plano Estadual.

Do montante de recursos orçados para 1999, 5 milhões, 235 mil e 319 reais destinaram-se a transferência, fundo-a-fundo, em seis parcelas, com os convênios firmados entre a STCAS e os municípios no mês de setembro. Em 2000, todo o orçamento da Assistência Social é destinado à transferência aos municípios, ocorrendo um aumento de recursos, no valor de 9 milhões e 960 mil reais. Os convênios foram firmados em junho e o repasse será feito em 11 parcelas.

Conforme estabelece a Política de Assistência Social, os serviços e programas de assistência social devem priorizar as ações em meio aberto, com vistas ao reforço de vínculo familiar e comunitário, evitando desta forma a institucionalização. Todavia sabe-se da importância de contar-se com serviços de abrigagem para aquelas pessoas que se encontram em situação de abandono. Assim, os recursos financeiros transferidos aos municípios destinam-se para os seguintes programas e serviços:

1-Rede de proteção de assistência social à criança e adolescente (zero a 18 anos)

Recursos Orçados em 1999: 3 milhões e 48 mil reais

Recursos Orçados em 2000 : 5 milhões e 815 mil reais

1.1-Tipo de Projeto: Apoio financeiro para o abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Caracterização do Projeto: Atendimento integral, 24 horas, de crianças e adolescentes que se encontram abrigadas por medida da Justiça da Infância e Juventude.

1.2 - Tipo de Projeto: Apoio financeiro para Programa Sócio Educativo em Meio Aberto/Asema para crianças de sete a 14 anos em situação de risco pessoal e social.

Caracterização do Projeto: atendimento diário, no turno inverso da escola, através de atividades sociais, culturais, pedagógicas e esportivas.

1.3- Tipo de Projeto ³ : Apoio financeiro para Ações de Promoção à Criança de zero a seis anos/Orientação e Apoio Sócio Familiar

Caracterização do Projeto: Atendimento semanal à família com filhos de zero a seis anos.

³ Implantado em 2000.

2-Rede de proteção de assistência social à pessoa portadora de deficiência

Recursos Orçados em 1999: 1 milhão, 174 mil e 530 reais

Recursos Orçados em 2000: 1 milhão, 489 mil e 150 reais

2.1-Tipo de projeto: Integração Social às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD).

Caracterização do Projeto: Atendimento semanal, através de abordagem de grupo e atividades de lazer, culturais, pedagógicas e sociais de pessoas portadoras de deficiência.

2.2-Tipo de projeto: Casa-Lar para PPD.

Caracterização do Projeto: Residência em sistema participativo para abrigar PPD, em condições de vida diária similares a da esfera familiar.

2.3-Tipo de projeto: Abrigo para PPD.

Caracterização do Projeto: Atendimento permanente e diuturno para pessoa portadora de deficiência, em situação de abandono.

3-Rede de proteção de assistência social ao idoso

Recursos Orçados em 1999: 638 mil e 963 reais

Recursos Orçados em 2000: 1 milhão, 312 mil e 50 reais

3.1-Tipo de projeto: Apoio a Grupos de Convivência de Idosos ou Centro de Convivência.

Caracterização do Projeto: Atendimento semanal ou atendimento diário ao idoso através de atividades laborativas, recreativas, culturais, sociais, de lazer e educativas.

3.2-Tipo de projeto: Casa-Lar ou Asilo Idoso.

Caracterização do Projeto: Residência em sistema participativo para abrigar idosos em condições de vida diária similares a de uma esfera familiar.

Caracterização do Projeto: Atendimento permanente e diuturno para idosos em situação de abandono.

4-Rede de proteção de assistência social à população adulta

Recursos Orçados em 1999: 656 mil e 20 reais

Recursos Orçados em 2000: 1 milhão e 41 reais

4.1-Tipo de projeto: Benefícios Eventuais à População Migrante, Indígena e Famílias de Baixa Renda.

Caracterização do Projeto: Atendimento social àqueles que, em situação emergencial, buscam auxílio material, ou em espécie, e orientação.

4.2-Tipo de projeto: Atendimento Social à população de rua.

Caracterização do Projeto: Abordagem, estabelecimento de vínculos e acompanhamento da população de rua, utilizando o próprio espaço da rua.

4.3-Tipo de projeto: Abrigação para População de Rua.

Caracterização do Projeto: Espaço de acolhida e moradia temporária, com funcionamento diuturno, para maiores de 18 anos ou famílias em situação de rua e migrantes.

5- Gestão da assistência social

Recursos Orçados em 1999:

Recursos Orçados em 2000: 150 mil reais

5.1-Tipo de projeto: Assessoria e Capacitação sobre a Política Estadual de Assistência Social.

Caracterização do Projeto: Realização de Encontros de Capacitação com os Gestores e Conselheiros Municipais de Assistência Social, visando a qualificação dos serviços e programas de assistência social desenvolvidos pelos municípios.





5.2- Tipo de projeto : Conselho Estadual de Assistência Social.

Caracterização do Projeto: Apoio financeiro para realização das atividades planejadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Benefício de Prestação Continuada

'A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família', encontram-se mencionadas na Constituição Federal de 1988 (art. 203, inciso V). Este benefício assistencial está regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas – art. 2, inciso V), como Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para o trabalho e para vida independente, não importando a idade, conforme a comprovação mediante exames médicos e laudos realizados pela perícia médica do INSS. A pessoa idosa tem direito ao benefício a partir dos 67 anos. Ambos os benefícios só serão concedidos às pessoas que pertencem a famílias com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo, independente de serem contribuintes com a Previdência Social, portanto este é um benefício financiado pelo orçamento da Assistência Social e somente operacionalizado pelo INSS.

A Loas em seu art. 21 determina a revisão do BPC, a cada dois anos contados a partir da data de concessão, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

Esta revisão consiste em dois focos de análise:

Avaliação Médico Pericial aplicada aos portadores de deficiência, realizada pelo INSS.

Avaliação das condições sociais e pessoais de entorno: tem por objetivo verificar as condições que repercutem no agravamento da incapacidade, no nível de carência e na vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência e/ou dos idosos.

Esta avaliação proporcionará um salto de qualidade no processo de concessão e na manutenção do benefício somado à avaliação clínica, à avaliação social, tornando o processo mais justo e equânime.

No ano de 1999, a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), desencadeou em todo o país o processo de revisão do BPC, concedido no período de 2 de janeiro de 1996 a 30 de abril de 1997, conforme previsto no art. 20 e 21 da Loas.

O Estado do Rio Grande do Sul iniciou o processo de revisão em dezembro de 1999, atingindo 14.543 beneficiários em 394 municípios. Para tanto foi necessária a instalação de um grupo de trabalho constituído pelas representações do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), Dataprev, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), Comissão Intergestora Bipartite/RS, e o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), com a responsabilidade pela elaboração, implementação e avaliação do processo.

A STCAS, através do Departamento de Assistência Social (DAS), firmou um convênio com os municípios, ou suas associações regionais, para a realização deste processo. Assim esta revisão está acontecendo de forma gradativa e localizada, de acordo com a realidade de cada município.

A avaliação social é executada nas localidades por assistentes sociais, fazendo um Acróstico Social completo, que consiste em um levantamento de dados que serão utilizados para posterior avaliação da realidade social das pessoas beneficiadas e da real necessidade da manutenção dos benefícios.

Para as pessoas portadoras de deficiência, o resultado do Acróstico Social, será incorporado à avaliação médico-pericial, para composição da análise do nível global de carência e incapacidade para vida independente, e para o trabalho, definindo assim a manutenção ou cessação do benefício.

Prazo previsto para a conclusão da revisão dos benefícios é 30 de setembro de 2000. Em seguida deverão ser revisados os benefícios a partir desta data e assim consecutivamente."

Prêmio por notas fiscais foi abolido

O governo do Estado aboliu, em julho de 1999, o programa "Mãos Dadas", criado pelo Decreto nº 36.214, de 3 de outubro de 1995, com o objetivo de aumentar a arrecadação de ICMS através da cobrança das notas fiscais e também de repasse de recursos para entidades ligadas à assistência social, que reuniam as notas. Segundo informações publicadas no jornal Zero Hora, dia 12 de junho de 1999, o governo se comprometeu a repassar os seis milhões referentes ao último trimestre de 1998 e ao primeiro de 1999, para quem apresentar a prestação de contas das fases anteriores.

Programa Mãos Dadas

No dia 4 de agosto de 1999, a CCDH realizou Audiência Pública para debater e propor encaminhamentos para a assistência social, na área de financiamento de políticas públicas, ouvindo os conselhos de direitos, os representantes das secretarias estaduais e os representantes das entidades de assistência social. Também estiveram presentes várias escolas e entidades que prestam assistência social no Estado.

O programa "Mãos Dadas" foi um dos assuntos debatidos. Entre as posições contrárias a sua continuidade foi argumentado que o mesmo fere vários aspectos legais e que o governo do Estado apresentou proposta de fazer investimentos públicos em segmentos que têm menos recursos aplicados pelo Governo Federal, como crianças de sete a 14 anos, portadores de deficiências e idosos. A Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social informou que os recursos previstos para este ano serão distribuídos, conforme os critérios da Fundação de Economia e Estatística (FEE), aos municípios que cumpriram o artigo 30, da Lei da Assistência Social. A Secretaria Estadual da Educação informou que dois milhões de reais dos recursos da sua rubrica estão comprometidos com as parcelas do programa "Mãos Dadas", um milhão será repassado às escolas estaduais trimestralmente, através de critérios como o número de alunos, e o outro milhão restante irá para o movimento de alfabetização de jovens e adultos do Estado.

Os encaminhamentos da reunião foram a manifestação de preocupação com a demora na liberação dos recursos para a assistência social, tanto da nova política, como da anterior; necessidade do repasse dos recursos para as escolas, revendo o critério para a trimestralidade, demanda que será também encaminhada à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa; mais clareza sobre qual será a forma dos repasses às entidades; preocupação com a diminuição dos Recursos Federais para assistência social no valor de vinte e quatro milhões de reais para cinco milhões de reais. A CCDH se colocou parceira para discutir, juntamente com os Conselhos a permanência ou não da aplicação do projeto "Mãos Dadas".

Ceas/RS assume caráter deliberativo

O Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (Ceas/RS) é um órgão colegiado, permanente e deliberativo, de composição paritária entre governo do Estado e sociedade civil, definido pela Lei nº 10.716/96, vinculado à estrutura da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS). Através de iniciativa do Executivo estadual, Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2000, passou a ter caráter deliberativo conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Transcrevemos a seguir, parte do relatório encaminhado pelo Ceas/RS, contendo as atividades desenvolvidas em 1999 e primeiro semestre de 2000:





“Temas analisados e deliberados:

- Discussão e aprovação da extinção do Programa Paguei, Quero Nota, por infringir a Lei Federal nº 8.742/93 e a Lei Estadual nº 10.716/96;

- Deliberação sobre recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas/RS) para Ações Emergenciais de atendimento a famílias de agricultores acampados em Viamão e Bossoroca;

- Elaboração de proposta de Projeto de Lei alterando a Lei nº 10.716/96: torna o Ceas/RS deliberativo, realiza a Conferência Estadual de Assistência Social a cada quatro anos, inclui o órgão de representatividade dos municípios no segmento governo e prevê o reembolso das despesas dos Conselheiros quando em representação do Ceas/RS;

- Aprovação do Projeto Vida Cidadã do governo estadual para concorrer no Processo de Seleção do Programa Brasil, Criança Cidadã;

- Divulgação de Capacitação à Distância para Conselheiros e Gestores Municipais de Assistência Social promovido pela Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), do Ministério da Previdência e Assistência Social;

- Discussão do Plano de Monitoramento e Avaliação da Política Estadual de Assistência Social;

- Aprovação do Plano Estadual de Assistência Social/Gestão 2000-2003 e da proposta de critérios de partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;

- Aprovação da habilitação do Estado do Rio Grande do Sul à Gestão Estadual da Assistência Social por apresentar condições político-administrativas, técnica e gerenciais para implantar e implementar a Política e o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social no Estado;

- Inscrição de entidades no Conselho Estadual de Assistência Social, quando o município não tiver implantado o Conselho Municipal de Assistência Social;

- Lei de Filantropia nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e da inscrição de entidades;

- Aprovação de parecer sobre o reordenamento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) o qual atende as deliberações das Conferências Estaduais da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Deliberação sobre os critérios de partilha dos recursos da União para os Serviços de Ação Continuada;

- Aprovação da inclusão do Estado do Rio Grande do Sul no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Seas/MPAS;

- Avaliação e Planejamento Ceas/RS 2000;

- Aprovação dos Programas Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e Núcleo de Apoio Sócio Familiar, integrantes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Publicações:

- Anais da IIIª Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul;

- Folder sobre Conselho Estadual de Assistência Social;

- Carta Aberta posicionando-se contra os cortes de recursos financeiros do governo federal para a assistência social;

- Documento sobre a Política Estadual de Assistência Social aos Conselheiros Estaduais do Orçamento Participativo.

Realizações:

- Promoção de Plenária Interconselhial com Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Estadual de Educação, quando foi tomada a decisão de solicitar ao governo do Estado a extinção do Programa Paguei, Quero Nota, por desrespeitar as legislações federais de cada política nos aspectos financeiros, de gestão e as instâncias de deliberação;

- capacitação dos Conselheiros do Ceas/RS;

- 1º Seminário Estadual de Assistência Social, 4 e 5 de novembro de 1999;

- realização do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil e do governo do Estado para o Ceas/RS, gestão 2000-2002.”

Políticas de atenção à família

A partir da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), começam a surgir alguns programas de renda mínima familiar. Estas iniciativas públicas são pontuais e por esta razão não se pode dizer que constituem uma política de atenção à família. No Brasil ainda se prefere investir recursos na distribuição de cestas básicas e na abrigagem, que contraria os preceitos básicos do ECA, no que se refere ao direito a convivência familiar e comunitária. Relatamos, a seguir, duas experiências aplicadas no Estado:

Núcleos de Apoio Sócio-Familiar

A Prefeitura de Porto Alegre trabalha com os Núcleos de Apoio Sócio-Familiar (Nasfs), dirigidos a famílias que tenham crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os Nasfs, formados em parcerias com empresas e entidades, já beneficiam mil famílias, envolvendo 4.500⁴ crianças e adolescentes. Com o acompanhamento social e as bolsas-auxílio, os Núcleos permitem a reestruturação e reorganização da família e com isso, evitam que as crianças e adolescentes sigam o caminho da rua e da marginalidade. O programa faz parte do conjunto de 25 experiências desenvolvidas pela Prefeitura, que renderam o prêmio “Prefeito Criança”, concedido pela Fundação Abrinq, à Porto Alegre.

O “Programa Família: Apoio e Proteção” foi implantado em 1995 pela então Fundação de Assistência Social e Cidadania, respondendo às propostas da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 1993, e da 1ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência, em 1994, que propuseram ao poder público a implantação de uma política de proteção social a famílias em situações difíceis e que apresentem limites em promover a proteção de suas crianças e adolescentes.

O Programa consiste na garantia de uma renda mínima através do benefício de uma bolsa-auxílio mensal, no valor de 150 reais no período de seis meses podendo ser renovado por mais seis meses, e acompanhamento técnico a famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Atualmente o Programa atende 1.160 famílias, beneficiando em torno de 4.500 crianças e adolescentes de zero a 17 anos e é desenvolvido a partir de Núcleos de Apoio Sócio Familiar (Nasfs). Cada Núcleo atende até 40 famílias e funciona na rede própria da Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc), em 19 Unidades Operacionais (oito Centros Regionais de Assistência Social e 11 Módulos descentralizados) e na rede conveniada, em oito entidades não-governamentais, totalizando 27 Nasfs. (Este assunto também foi abordado no capítulo Crianças e adolescentes)

Programa de Renda Mínima Familiar

A CCDH recebeu o relatório do programa Renda Mínima Familiar, aplicado pela prefeitura de Caxias do Sul desde outubro de 1999. A Fundação de Assistência Social (FAS), do município, é a responsável pela aplicação do

⁴ Em pesquisa realizada pela Fasc em 1997, junto as famílias do Nasf, foi encontrado uma média de 4,5 filhos em cada grupo familiar.





programa, que subsidia-se na Lei Municipal nº 4.083/98 e é regulamentado por Decreto do Executivo. A Lei instituiu o estacionamento rotativo pago "Zona Azul" nas ruas centrais de Caxias do Sul, no qual o índice de 39,5% da receita gerada constitui a fonte de custeio do Renda Mínima. Transcrevemos a seguir parte do relatório recebido:

"O programa visa oportunizar ao cidadão o acesso à rede de serviços públicos, estatal ou não, existente no município, de forma a contemplar a demanda de atendimentos aquele núcleo familiar. Articula, portanto, ações intragovernamentais bem como junto às entidades não-governamentais legalmente constituídas e de alguma forma afiliadas à problemática descrita.

O Renda Mínima destina-se a núcleos familiares em condições de exclusão e vulnerabilidade social, priorizando-se àquelas situações de crianças e/ou adolescentes em risco real ou potencial, ou ainda casos de doença grave ou incapacidade, especialmente quando acometa ao provedor material da família.

Trata-se de um subsídio financeiro mensal e temporário no valor de um salário mínimo concedido por 12 meses e, a critério técnico, prorrogável por mais seis meses. A capacidade de inclusão para recebimento do benefício é, atualmente, de 300 famílias, contudo, já há estudos no sentido de ampliar este universo.

Os titulares de cada família são divididos por região geográfica, de forma consoante com o Plano Físico Urbano do município, com vistas a receberem atendimento em sua própria região administrativa. Desta maneira, valorizam-se os vínculos comunitários e facilita-se a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, sempre na perspectiva local.

No aspecto prático tem-se a dizer que a execução do programa entra no seu 14º mês, portanto, ainda dispõe-se de poucos dados de avaliação qualitativa final. Convém apontar que como a inclusão deu-se em turmas de cinco a 70 pessoas, também o desligamento obedecerá tal regra. Ao longo de todos estes meses foram constituídos:

- 15 grupos de acompanhamento com frequência mensal;
- quatro grupos de acompanhamento com frequência semanal;
- desenvolvimento de banco de dados informatizado, a fim de melhor trabalhar com as informações cadastradas de cada família;
- encaminhamentos diversos: educação, saúde, Conselhos Tutelares, programas de atenção a mulheres em situação de violência, etc.

Quando da abertura do programa foram realizados 745 cadastramentos, dos quais 300 foram contemplados e mais 17 ingressaram a partir de igual número de descredenciamentos, ocorridos ao longo dos doze meses. Atendeu-se, portanto, no primeiro ano, a 317 famílias. Tais descredenciamentos ocorreram por: falecimento, dois casos; fornecimento de informações inverídicas, quatro casos; mudança de cidade, quatro casos; descumprimento do termo de compromisso assinado no ingresso, sete casos.

Durante a vigência do benefício obteve-se o índice de 100% de frequência à escola para crianças e adolescentes de sete a 16 anos. Ao final das 12 parcelas verificou-se que 100% das pessoas apontadas haviam utilizado o benefício para atender às necessidades de alimentação do lar (levantamento feito por amostragem), dos quais 10,34% consumiram o dinheiro exclusivamente em gêneros alimentícios, enquanto que os 89,66% restantes conciliaram esta demanda com outras, tais como: geração de renda, aquisição de eletrodomésticos, educação, saúde e habitação."

Centro Assistencial São José

Em resposta a solicitação da CCDH, a Sociedade Caritativo Literária São José, no município de Pelotas, responsável pelo Centro Assistencial São José, encaminhou o relato da experiência de implantação do serviço de atendimento a jovens em situação de risco pessoal e social, o qual transcrevemos a seguir:

"Histórico

A partir da Campanha da Fraternidade de 1998, com o tema 'Educação e Fraternidade a Serviço da Vida e da Esperança', a Sociedade Caritativo Literária São José efetivou, com ações concretas e direcionadas para mudanças sociais, o Centro Assistencial São José. A proposta pretende estimular e preparar jovens em situação de risco pessoal e social, para o exercício da cidadania, formação humana e profissional, assegurando e promovendo a defesa de seus direitos, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Família

O Centro Assistencial São José propõe-se retomar as unidades família e comunidade como pontos de partida de práticas sociais, priorizando os programas de Geração de Emprego e Renda. Através de reuniões e encontros sistemáticos, o grupo familiar está sendo trabalhado com vistas a proteção social e o desenvolvimento de condições para auto-sustentação do grupo familiar.

Meninos de rua

A parceria com a Fundação Tupahue favoreceu a iniciativa de iniciarmos o trabalho em Comunidade Terapêutica para adolescentes em situação de rua. A cedência do espaço físico – Lar São José – proporcionará o início de atividades terapêuticas para adolescentes adictos.

A Universidade Federal de Pelotas, através do projeto Tributos da Cidadania, auxiliará na construção de um programa de cidadania e democracia.

Ao analisar os três anos de atividades sócio-educativas com adolescentes em situação de risco pessoal e social, o Centro Assistencial São José, de Pelotas, visualiza os atores sociais empobrecidos, abandonados e à margem de oportunidades. São inúmeros grupos familiares, próximos do centro da cidade de Pelotas ou espalhados entre os doze bairros que se somam à nossa experiência. Escravos da miséria, geram uma infância abandonada, presa pela contaminação da exclusão e com resultados tensos e agravantes na adolescência.

A alternativa para a sobrevivência passa, inevitavelmente, pela esmola. Começa no bairro, pelos lixões e logo alcança o sonho do centro da cidade. A 'carona' de ônibus facilita a exploração das ruas; as sobras e as moedinhas em frente aos restaurantes do Centro, na Rodoviária, na Avenida Bento Gonçalves, na praia do Laranjal e na volta das faculdades, amadurece a intimidade com a rua. A mobilidade do bando, sem medos e "mais livres", alcança e conquista pouco a pouco o espaço da vulnerabilidade social, das contradições, da incoerência da sociedade e firma-se na passividade das políticas sociais.

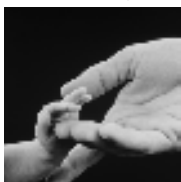
Nesse ir e vir, os vínculos ficam fragilizados pois o envolvimento com a rua e com o grupo facilita a permanência por maior tempo, longe da família e da escola.

As relações interpessoais e familiares são vividas, pelas crianças e pelos adolescentes, de forma conflitiva, onde a pobreza de mães abandonadas, padrastos alcólatras, agressões físicas e o abuso sexual os colocam em situação de vulnerabilidade e de opção pelo grupo de rua. Parceiros, identificam-se:

- Pelo vocabulário: 'mocó' – 'abrir o arquivo' – 'dedurar' – 'caguetar' – 'dar uma banda' – 'tramos' – 'pontro' – 'pancadão' – 'baia' – 'mina' – 'trocinho' – 'gadinho' – 'bicudeia' – 'azarar' – 'baita' – 'quadro' – 'pintas' – 'chapadão' – 'rdo' – 'pacote' – 'bagulho' – 'marihuana';
- pelas roupas: calças largas, curtas e caídas; blusões fofos com capuz cobrindo o uso constante do boné; muitos adotam as mangas dos blusões para cobrir a cabeça;
- pelo uso de drogas: maconha e cola.

A proposta sócio-pedagógica do Centro Assistencial São José é apoiada, na manutenção, pela Sociedade Caritativo Literária São José, e conclui que as limitações desses jovens restringem-se ao caráter social e afetivo, podendo ser revertido na medida em que aconteça o resgate da auto-estima, que favorecerá o desencadeamento de transformações significativas em suas vidas.

O Centro Assistencial São José se dispõe a trabalhar com a realidade dessa faixa etária, 10 a 17 anos, que expõe adolescentes empobrecidos a riscos como a violência, a discriminação, exploração, exclusão e uso de drogas, aprofundando uma proposta pedagógica de promoção e defesa dos direitos. Ao evitar riscos à integridade moral e física, com as propostas sistemáticas e contínuas, pretende: responder às necessidades das famílias, resgatar valores éticos e sociais e oportunizar a construção da cidadania.





Público-alvo

Faixa Etária	Sexo	Educação		Raça	
		Frequente Escola	Sem Escola	Branca	Negra
7 a 14 anos	48	53	15	24	41
15 a 18 anos	26	20	06	8	18

Fonte: Centro Interdisciplinar São José.

Tipos de Vulnerabilidade social:

Tipo de vulnerabilidade:	Gravidade e adolescentes
Criança e adolescente vivendo em situação de rua	12
Criança e adolescente vivendo em situação de mendicância	26
Drogatização/alcoolismo	13
Vítima de violência/malos tratos	02
Situação de negligência e/ou pobreza da família	96
Fuga da escola	21
Fragilidade no papel de adultos responsáveis	01
Não se identifica com nenhuma vulnerabilidade	06
Abrigo municipal	08
Comunidade terapêutica	02

Fonte: Centro Interdisciplinar São José.

Áreas de abrangência - zona central e bairros da cidade de Pelotas.

Priorizando as ações práticas e o manejo de habilidades sociais, psicomotoras e intelectuais, os jovens terão oportunidades de posicionamentos críticos diante das situações apresentadas, elaborando as próprias experiências e interagindo no processo Ação - Reflexão - Transformação.

A execução da Ação Pedagógica implica em socialização do saber; conscientização e comprometimento com o trabalho; aprendizagens significativas, que levem a vivência e convivência da liberdade como direito, da responsabilidade como dever, da iniciativa, espírito de grupo e conquista da cidadania.

Oficinas pedagógicas – alfabetização, recreação e esportes (futebol - basquete - vôlei - taekwondo – capoeira), apoio escolar, educação artística (artes plásticas - música – teatro), informática, espiritualidade, formação de atributos da área afetiva, hip hop (dança de rua - dj - rap – grafite), línguas (inglês), dinâmicas de grupo, oficinas profissionalizantes.

Articulação centro - escola - família - comunidade.

O Cento Assistencial São José coloca como uma de suas prioridades, o apoio psicossocial e educativo às famílias, através de:

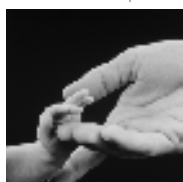
- Cadastramento das famílias;
- visitas domiciliares frequentes;
- reuniões sistemáticas;
- divulgação, através dos meios de comunicação e visitas;
- acompanhamento regular da frequência e aproveitamento escolar, com trocas de informações e apoio psicopedagógico às atividades escolares;
- parcerias com a comunidade.

Estratégia de sustentabilidade

A Sociedade Caritativa Literária São José é a Instituição mantenedora do projeto, que garante o espaço físico para as atividades durante o dia, pagamento da equipe técnica e funcionários, viabilizando a sustentabilidade e continuidade da proposta.

Considerando a incompletude das serviços, agilizamos parcerias:

Parceiros	Participação
Sociedade Caritativa Literária São José	Mantenedora do Centro do Apoio ao Adolescente São José, garantindo a sustentabilidade do mesmo.
Pelotas Esportiva – 1ª RDTZ	Instaurações, lanchonetes e restaurantes adjacentes e colaboração na Pedagogia do Esporte, Cursos de iniciação profissional.
Universidade Católica de Pelotas	Extensão curricular nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Assistentes, Apoio Psíquico do Curso de Medicina.
Universidade Federal de Pelotas	Extensão Curricular do Curso de Ciências Contábeis, nas áreas de contabilidade, social, administração e informática. Apoio nos grupos de Canto e Dança.
1ª Delegacia de Educação – escola aberta	Viabilização da oficina pedagógica de alfabetização à Escola Dr. Augusto Mendes Lopes, para garantir a continuidade da escolaridade.
Clínica de Diagnóstico Lógico	Desenvolvimento do projeto em jornais e TV – desajustes de vale transporte, inscrição de alunos especiais.
Conselho Tutelar	Encaminhamento de adolescentes em situação de risco e para adoção.
Jurado da Infância e da Juventude	Encaminhamento da clientela oriunda do Centro da Juventude/Pelotas Assistência Social e medidas socioeducativas.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Participação nas definições de políticas públicas.
Instituto de Futebol	Clube Futebol Porto-Alegrense Esporte Clube Pelotas Clube Esportivo Brasil Bauriana.
Itaque/Cia	CED abriga para os adolescentes em situação de rua. O Centro do Apoio, recebe os abrigados para participarem das atividades pedagógicas.
L.A. de ensino	Curso de idiomas inglês e português para adolescentes, com agrilhos.
Casa – Casa do Amor Esporte	Apoio ao grupo de Esportes, com recursos materiais.
Inst. Dom Antonio Zilber	Curso para Adolescentes – matemática.
Escola Recanto Infantil	Coordenação do quadro de esportes, recreação etc.
Esporte Club Boreas	Desporto de Hóquei no gelo – recreação.
Hipermercado Camobras	Desporto de Hóquei no gelo – recreação.
Comitê Brasileiro	Convênio para encaminhamento de adolescentes como alunos especiais.
Clares – Engenheiros e Arquitetos de Pelotas	Oficinas pedagógicas e de lanchonetes.
CCAA – Inglês	Oficinas de inglês.
CIE-E – Corredor Esportivo, Escola	Doação de materiais para estudantes universitários atuarem no projeto.
Leite Doreira	Doação de materiais e calçados.





Atendimento Especializado	Rede de acompanhamento técnico para adolescentes;
Empreenda Tuit	Viabilização dos Cursos profissionalizantes no "Pólo Tuit" ...
Unos - Pólo	Unos Intergrados;
Supermercado Municipal	Programa para atendimento de adolescentes, na área do Bônus Mensal;
Supermercado Pólo - Pólo	Programa de monitoria Comunitária para jovens;
	Programa de monitoria Comunitária para jovens;

Equipe de educadores sociais - assistente social (1), técnico em educação (1), psicóloga (1), pedagoga (1), professor de educação física (2), professor de educação artística (3), instrutor militar (1), estagiários (8), monitor de Taekwondo (2), auxiliar de serviços gerais (4), espiritualidade (1), CAEX (1), auxiliar administrativo (1) e monitor de hip-hop (2)."

Porto Alegre investe na assistência

Orçamento da assistência social de Porto Alegre

O orçamento da assistência social em Porto Alegre passou de 10 milhões de reais, em 1995, para 21 milhões de reais previstos para o ano de 2000. Isto representa um aumento de mais de 100% para atender ao crescimento do número de pessoas ameaçadas em seus direitos fundamentais, como trabalho, educação e saúde.

A Prefeitura, juntamente com a comunidade, tem buscado consolidar o crescimento da Política de Assistência Social, de seus recursos orçamentários e de sua pontuação no Orçamento Participativo (OP), o que possibilitou um aumento de 75% (9 milhões de reais) dos recursos investidos no período de 1997 a 2000.

O Programa Família Apoio e Proteção, que atende famílias com crianças e adolescentes em situação de risco, receberá 1 milhão e 700 mil reais neste ano, beneficiando 200 famílias há mais do que no ano passado.

As verbas destinadas às entidades conveniadas devem chegar a 3 milhões 356 mil reais, possibilitando o atendimento a mais de seis mil crianças e jovens pelo Serviço de Apoio Sócio-Educativo (Sase) e a descentralização dos serviços, a partir da implantação de módulos em locais sem atendimento. Mais quatro unidades serão inauguradas, somando 11 módulos que facilitarão o acesso dos usuários aos programas e serviços de assistência social.

Adolescente de rua morre no Dilúvio

tentando
chegar no
local onde
dormia, sob a
ponte.

Em julho de 1999, o adolescente F.N. morreu afogado no Arroio Dilúvio. O menino estava tentando chegar no local onde dormia, sob a ponte. Por solicitação da CCDH, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), da Prefeitura de Porto Alegre, fez um levantamento dos meninos e meninas que residem sob as pontes do Dilúvio, onde foram constatados vinte e seis casos.

A CCDH realizou, no dia 18 de agosto de 1999, uma Audiência Pública para tratar da situação das crianças e adolescentes em situação de rua. Além de entidades de assistência, também participaram cerca de 30 meninos que vivem em situação de rua.



A CCDH encaminhou o ofício nº 2261/1999, à Prefeitura de Porto Alegre, solicitando informações sobre as providências desenvolvidas pela Administração Municipal para a questão das crianças e adolescentes em situação de rua na capital. Em resposta, a Fasc apresentou o projeto para reordenamento da Unidade Operacional Centro e implantação da Casa de Acolhimento, o qual transcrevemos parcialmente a seguir:

“Finalidades e objetivos

Este(s) abrigo(s) tem (têm) por finalidade servir de apoio e retaguarda ao Serviço de Educação Social de Rua, Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude.

Seu objetivo principal é ser um espaço protegido para o acolhimento e estabelecimento de vínculos, elaboração de diagnósticos, construção de alternativas para o resgate da história de vida das crianças e adolescentes de ambos os sexos, faixa etária dos sete aos 18 anos e que se encontrem em situação de rua. (...)

Este serviço deverá ter interfaces estreitas com os serviços ligados à problemática das crianças e adolescentes em situação de rua, tais como: Educação Social de Rua, Escola Porto Alegre, Pró-jovem, Casa Harmonia, hospitais, atividades profissionalizantes, etc. (...)”

‘Processo nº 00104492617

Rejeito liminarmente a inicial, porquanto não se encontram presentes qualquer das condições capazes de ensejar a ação eleita.

Com efeito, não aponta a impetrante qualquer ato legal de autoridade, em tal não se traduzindo a iminente inauguração da casa de abrigo em questão, porquanto não está tal entidade adstrita às exigências formais além daquelas que o Município, por seus órgãos competentes, já deve ter deduzido.

Por outro lado, não impressionam os argumentos postos no sentido de que o local eleito para a instalação do abrigo não é o mais adequado, mas parecendo uma manifestação de preconceito de uma sociedade que não quer conviver com os produtos que gera, sempre apontando sua vizinhança como o local mais apropriado para tanto.

Foi assim com o Sambódromo de Porto Alegre. Está sendo assim com instalações da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) no bairro Menino Deus e assim será em casos análogos.

Ora, não será com o deslocamento de tais entidades para zonas periféricas, onde a população conta com menos ‘poder de fogo’ para lutar contra as mesmas, que os problemas que tais pessoas geram serão evitados. A sociedade há que conviver com tais problemas, e buscar, de modo conjunto, uma solução para eles.

Assim, inexistindo qualquer hipótese de cabimentos da ação eleita, rejeito liminarmente a inicial.”

parecendo
uma
manifestação
de preconceito
de uma
sociedade que
não quer
conviver com
os produtos
que gera.



Atendimento à população de rua

A CCDH realizou, no dia 18 de agosto de 1999, Audiência Pública para discussão das políticas públicas de atendimento à população de rua. O caso do adolescente, F.N., que morreu no arroio Dilúvio, foi acompanhado pela CCDH, a pedido dos companheiros de rua do menino. F.R. denunciou que foi espancado por brigadianos na Escola Porto Alegre (EPA), e, no outro dia, durante uma enchente, um amigo caiu no Guaíba e chamaram a Brigada Militar, que demorou muito para vir em socorro. S.S., E.M. e J.S. falaram dos problemas enfrentados pelos meninos de rua. Ficou encaminhado na Audiência, o envio das denúncias à Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Estado e, também, a continuidade da discussão com a Secretaria de Assistência Social, as entidades de Assistência Social e governo do Estado, para atitudes em caráter emergencial que devem ser adotadas. A deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, também propôs a discussão com a Secretaria Nacional de Assistência Social, juntamente com o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica), sobre a redução dos recursos do governo federal para a área da criança e do adolescente.

População adulta

A CCDH recebeu o relatório de atividades da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), da Prefeitura de Porto Alegre, contendo os programas e ações desenvolvidos pela Fundação. Transcrevemos a seguir, parte do material enviado.

"Programa de apoio social à população adulta

Serviço de Atendimento à Comunidade - espaço para identificação de problemas sociais, escuta, orientação, informação e encaminhamento dos usuários aos recursos necessários: internos, externos e da região. Desenvolvido na rede própria. São concedidas cestas-básicas emergenciais, vales para foto e transporte;

Serviço de Apoio ao Trabalho - oficinas profissionalizantes objetivando a reinserção no mercado de trabalho, intentando o desenvolvimento de habilidades básicas e específicas, assim como da gestão do processo produtivo;

Serviço de Atenção ao Idoso - espaço para convivência e ações de apoio para idosos, na rede própria e conveniada.

Programa de atendimento à população adulta;

Serviço de Abrigagem Permanente - atendimento, na rede conveniada, em caráter asilar, de idosos e de Pessoas Portadoras de Deficiência, sem vínculos familiares e sem condições de se auto-sustentar;

Serviço de Abrigagem Temporária - acolhe a população de rua da cidade, em dois abrigos próprios e em um conveniado;

Serviço de Atendimento Social de Rua - abordagem, estabelecimento de vínculos e acompanhamento da população em situação de rua, procurando inseri-la na rede de atendimento assistencial da cidade. Desenvolvido na rede própria.

Ações complementares

Reinserção na Atividade Produtiva (RAP) - projeto iniciado em 1999, o qual intenta permitir a moradores de rua, usuários da rede de abrigagem própria e conveniada, uma primeira reinserção no mercado de trabalho. A primeira edição do RAP teve como atribuição da população de rua envolvida, a limpeza dos taludes do Arroio Dilúvio. É realizado acompanhamento técnico, sendo fornecidas bolsa-auxílio de 100 reais, transporte e alimentação. O trabalho é realizado em parceria da Fasc com as secretarias municipais de Saúde, Educação, Indústria e Comércio, os departamentos municipais de Esgotos Pluviais e de Limpeza Urbana e Carris, sendo

que, em 2000, passaram a integrar o projeto, a Secretaria do Meio Ambiente (Smam) e a Empresa Pública de Transporte Coletivo (EPTC). Dos 100 usuários inscritos, 36 concluíram o projeto e 64 saíram por vários motivos, como demonstra o quadro abaixo:

Desligamentos do projeto RAP

Motivos	Total
Não iniciaram	11
Desistiram	27
Desligados	7
Problemas de saúde	4
Retorno a cidade de origem/família	2
Ingresso no Meaf	1
Conseguiram emprego	12
Número de participantes que saíram do projeto	61

Fonte: Fundação de Desenvolvimento Social e Educacional (Fodev)

A partir da leitura dos dados quantitativos do quadro, é possível a avaliação qualitativa, pois, se observarmos que no período de execução do projeto o número dos que não iniciaram, desistiram ou foram desligados (45) se mostra inferior aos que de alguma forma se reorganizaram: concluíram o projeto (36), retorno à família (dois), ingresso em outros programas (um), conseguiram emprego (12), perfazendo um total de 51 usuários. Destaca-se ainda o afastamento por problemas de saúde (quatro). Do total dos participantes, 16 não utilizam mais a rede de abrigagem por aquisição de moradia (casas de emergência, aluguel e construção em terreno invadido).

Centro Dia para idosos - está previsto, para 2000, o estabelecimento de um abrigo provisório para idosos independentes e semi-dependentes, com ou sem vínculo familiar, em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

Será efetuado o atendimento a pessoas de 60 anos ou mais, independentes e semi-dependentes, com ou sem vínculo familiar, em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

O atendimento, que conta atualmente com 25 idosos, é feito em turno diurno e integral: das 8h às 18 horas, sendo servidas três refeições diárias, intercaladas com lanches e dieta balanceada, de acordo com a orientação nutricional à terceira idade.

As famílias dos idosos serão incentivadas a participar do processo de atendimento, acompanhando o trabalho, para que sejam fortalecidos os vínculos familiares e resgatado o papel social dos idosos.

Assessoria técnica às entidades conveniadas

Objetiva assessorar a rede conveniada, dando ênfase aos aspectos de descentralização e conseqüente regionalização dos programas e serviços assistenciais, concorrendo para a organização, articulação e qualificação da rede de atendimento.

Estudos e pesquisas

Tendo em vista a qualificação dos programas e serviços, a Fodev iniciou a sistematização de indicadores sociais diversos, de modo a orientar sua ação para as regiões da cidade com maior nível de exclusão. A preocupação com o melhor conhecimento da realidade, para nela interferir com maior êxito, consubstanciou-se, além do diagnóstico de exclusão por Regiões do Orçamento Participativo, elaborado desde 1997 e atualizado anualmente (Porto Alegre e as Regiões do Orçamento Participativo - alguns indicadores sociais), na utilização de dados de pesquisas, desenvolvidas em parceria ou pelas equipes técnicas próprias, buscando melhor conhecimento do público usuário.

O conjunto de informações levantado através dos estudos relativos a indicadores sociais e das pesquisas subsidia os programas e serviços desenvolvidos, permitindo um planejamento da Política de Assistência Social que se coadune com a realidade, de modo a maximizar o alcance e efetividade da mesma.





Os dados estão à disposição da comunidade e de suas instâncias representativas, para auxiliar na compreensão das especificidades regionais da cidade, no dimensionamento das necessidades de programas e serviços assistenciais e numa melhor compreensão das questões pertinentes à exclusão social.

Exemplificam a utilização dos dados arrolados, a construção de uma escala de exclusão, para a destinação dos recursos, no projeto desenvolvido em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a alocação de recursos para as oficinas de trabalho educativo conveniadas, no ano de 1999.

Novas propostas implementadas em 1999/2000

Projeto Integrado de Desenvolvimento Institucional, Descentralização e Fortalecimento da Rede de Assistência Social em Porto Alegre

Desenvolvido em parceria com o BNDES. Buscou-se recursos a fundo perdido, para potencialização do sistema gerencial e fortalecimento da rede, através de seis subprojetos integrados: Assessoria Institucional; Informatização; Reformas em Unidades; Construção de Módulos; Cadastro de Entidades de Assistência Social e Orçamento Participativo da Assistência Social.

Os recursos levantados, no montante de 1 milhão, 43 mil e 430 reais, a fundo perdido, com contrapartida de 3 milhões, 349 mil, 348 reais (gastos com pessoal e equipamentos), possibilitarão a qualificação dos serviços, incidindo em áreas estruturais e gerenciais, ampliando o processo de descentralização, fortalecendo instâncias organizativas e canais de participação da população.

O resultado final deverá ser o benefício do público usuário de Assistência Social e, em especial, das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

É importante salientar que, no que concerne ao subprojeto OP da Assistência Social, através da articulação de diversos indicadores sociais, chegou-se a uma escala de exclusão, de modo a destinar os recursos, conforme a maior ou menor carência de cada região. Foram levados em conta dados referentes à renda, saúde, educação, habitação, saneamento, abastecimento de água, origem de meninos e meninas de rua, vazios de atendimento em assistência social, previsão de loteamentos

Outro aspecto a destacar é o de que a coordenação do subprojeto Orçamento Participativo da Assistência Social é efetuada por uma comissão, a qual articula os diferentes Conselhos Populares existentes: Conselho do Orçamento Participativo (COP); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e Fasc. A composição da mencionada Comissão objetiva o fortalecimento das instâncias organizativas da sociedade.

Em dezembro de 1999, ocorreram as primeiras rodadas do OP da Assistência Social, com o objetivo de esclarecer a população quanto aos recursos envolvidos, critérios e prazos. Delas participaram cerca de 700 pessoas, das 16 Regiões do Orçamento Participativo.

Em 2000, precedendo a 2ª rodada, foram realizadas oficinas abertas acerca da elaboração de projetos sociais, para subsidiar a comunidade quanto aos projetos a serem eleitos por voto direto e que receberão recursos. No mês de junho de 2000, concluiu-se a primeira etapa do OP, com a escolha, pela comunidade, na 2ª rodada, de projetos previamente selecionados pela comissão responsável.

Um total de 63 projetos foram inscritos, sendo indeferidos 16 deles: 14 pela Comissão Coordenadora, pelo não cumprimento de requisitos básicos e dois, pela própria comunidade, por não terem seguido acordos prévios - o que denota a organização popular existente. Ao final da primeira etapa, 47 projetos foram aprovados pela população para o recebimento de recursos."

Condições e saúde mental dos moradores de rua

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) realizou estudo sobre moradores de rua adultos, portadores de sofrimento psíquico. A pesquisa "Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos", foi realizada em conjuntos com outras entidades. Transcrevemos, a seguir, parte do material recebido:

"Foram divulgados, em 1999, os resultados do estudo, efetuado em parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HOPA), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Organização

Mundial da Saúde - apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e do Fundo de Incentivo à Pesquisa do HCPA. O universo investigado consistiu em moradores de rua adultos, em especial, aqueles portadores de sofrimento psíquico. Registrou-se a presença, nas ruas, de 207 sujeitos.

A seguir, alguns dados levantados:

- 89,0% são alfabetizados;
- 87,0% estão desempregados;
- 84,6% recebem ajuda da comunidade;
- 82,9% têm uma profissão;
- 74,8% fazem uso de outras drogas (incluindo tabaco);
- 68,4% são naturais da zona urbana;
- 66,3% são solteiros;
- 65,3% vivem sós;
- 42,8% possuem fonte de renda.

Quanto à história de vida, 35,3% das respostas faz alusão a brigas e desentendimentos vinculados a abandono, traição, uso de álcool/drogas pelo entrevistado ou companheiro e a infrações cometidas.

Em 14,6% das respostas, a perda, preponderantemente por falecimento, seguida do uso de álcool/drogas e de internações psiquiátricas, surge como motivadora da vida nas ruas.

Dos 207 entrevistados, 51,2% não tiveram diagnóstico de doença mental. Ou seja, praticamente a metade do universo investigado apresenta problemas desta natureza. Veja-se:

- 22,2% apresentam Síndrome de Humor;
- 17,9% apresentam Síndrome Psicótica;
- 3,9% apresentam Síndrome Mental Orgânica;
- 1% apresenta Deficiência Mental."

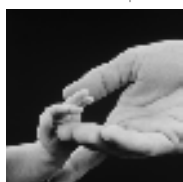
Crianças e adolescentes em situação de rua

A Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc), da Prefeitura de Porto Alegre, realiza abordagem de rua para identificação e atendimento da população de rua na Capital. O trabalho é realizado de forma conjunta com as secretarias municipais de Saúde, Educação e Esportes. A equipe, composta por oito educadores, faz abordagens de rua, em trio ou em duplas, nos pontos centrais da cidade. A seguir publicamos alguns dos aspectos revelados a partir da intervenção dos educadores que, até agosto de 1999, identificaram 248 pessoas.

População de rua identificada

População em situação de rua	Número
Crianças	51
Adolescentes	148
Jovens adultos	59
Idade não identificada	27
Total	248

Fonte: Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc).





“Onde vivem nossas crianças em situação de rua?”

Bafo quente: terminais de refrigeração de grandes lojas, onde sai o ar quente, o que minimiza o frio, especialmente nas madrugadas frias.

Praças, parques, marquises e pontes: lugares onde estão expostos a todas as formas de abuso e exploração (sexual, trabalho infantil, tráfico).

Mocós: Casas abandonadas, locais de difícil acesso, geralmente mediante exploração de adulto que condiciona o pernoite a favores e a entrega de drogas. Neste locais, constatamos a partilha de seringas para utilização de drogas injetáveis, além disso são frequentes as situações de violência com objetos cortantes demarcando a cultura das gangues com posições hierárquicas definidas.

Uso de drogas

Loló (solvente): – 90% dos casos faz parte de uma forma de pacto para pertencer ao grupo.

Drogas injetáveis – consumida por adolescentes com história de maior permanência na rua.

Vírus HIV

Nesta mesma população, no que se refere à contaminação pelo vírus HIV, apresentamos os seguintes dados coletados no período de setembro de 1998 e julho de 1999:

Teste anti-HIV

Pesquisa	Nº de crianças	%
Universe	248	100
Expostas a situação de risco	209	82,2
Realizaram testagem	112	45,1
Das que realizaram o teste	112	100
Buscaram resultados	96	85,7
Soropositivas	11	36,6
Último com anti HIV+	09	8
Janela imunológica*	96	90

Fonte: Fundação de Assistência Social e Comunitária (Fasc). * Janela imunológica é o período de 90 dias, entre a última situação de risco e a realização do exame, tempo necessário para que o teste apresente resultado definitivo (confiável). Antes deste período, o resultado pode ser falso negativo. Estas crianças são consideradas em janela, porque encontram-se expostas à contaminação (parceiros sexuais HIV+, usuários de drogas injetáveis), apesar do resultado negativo nos exames realizados.

Operação Inverno – 2000

O Porto Inverno 2000 é uma iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre, que mobiliza serviços e programas nas áreas de saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer durante o período de inverno. A Casa de Inverno e o Plantão de Atendimento Noturno começaram a funcionar em 31 de maio, acolhendo os moradores de rua. A Casa conta com 120 vagas para adultos, com serviço de alojamento, alimentação (jantar e café da manhã), higiene pessoal, cuidados de enfermagem e atendimento social, funcionando das 19 às 7 horas. O programa acolhe pessoas que são encaminhadas pelo Atendimento Social de Rua, pela Brigada Militar, por outras entidades ou aquelas que a procuram espontaneamente.

